



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: INSTRUMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DA ESCOLA

Deuslene Correia de Siqueira, Neide Aparecida da Silva, Maria Angelica Gomes Maia.

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos- SP, Brasil, mamaia@univap.br, deuslenesiqueira@gmail.com, neidinhaunivap@gmail.com.

Resumo - Este trabalho objetiva demonstrar a importância do Projeto Político Pedagógico/PPP, como agente democratizador da escola pública, buscando identificar como se dá na prática sua construção. O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e entrevistas com gestores locais priorizando a leitura documental e de obras que abordam o assunto. Por meio do estudo observou-se que as escolas não possuíam total autonomia, visto que tem que seguir normas ditadas pela Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos que nem sempre consideram a realidade local de cada instituição. No entanto, as escolas têm o objetivo de cumprir regras e determinações, de modo geral, e compreender as formas de como trabalhar democraticamente com pais, professores, alunos e comunidade em geral efetivando a real participação no processo de elaboração do documento. O estudo permitiu a reflexão e entendimento sobre a construção de uma gestão democrática em todas as instâncias que regem a escola o que é tarefa complexa, árdua, porém deve ser meta dos educadores, da escola e de toda a sociedade.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico; Escola e Gestão Democrática; Avaliação; Gestão.

Área do Conhecimento: Educação.

INTRODUÇÃO

O projeto político pedagógico (PPP) é um documento no qual estão registradas as ações e projetos que uma escola projeta como sua missão e objetivos, devendo ser construído pelos atores da escola, ou seja, professores, coordenação escolar, alunos, funcionários e familiares dos alunos.

Além de ser a identidade da escola, deve também ser um instrumento indispensável para guiar o bom andamento das ações da unidade, podemos compreender um pouco de sua atribuição vendo o significado de seu nome: PROJETO = vem do latim PROJICERE que significa lançar para frente;

POLÍTICA = refere-se à ciência ou arte de governar; orientação administrativa de um governo; princípios diretores da ação; conjunto dos princípios e dos objetivos que servem de guia a tomadas de decisão e que fornecem a base da planificação de atividades em determinado domínio; modo de se haver em qualquer assunto particular para se obter o que se deseja; estratégia; tática; (Do grego politiké, a arte de governar), PEDAGÓGICO = relativo ou conforme a pedagogia; que é teoria da arte, filosofia ou ciência da educação, com vista à definição dos seus fins e dos meios capazes de os realizar,

Desta forma, para a construção do Projeto Político Pedagógico é necessário inicialmente, conhecer a realidade do grupo educacional, entender a realidade da comunidade em que a escola está inserida, realizar um diagnóstico destas realidades, em seguida definir equipe responsável pela organização da elaboração do projeto, o qual deve inegavelmente ser criado na escola, tratando-se da identidade da mesma, não pode ser construído por pessoas que não conheçam a realidade no qual ele será praticado.

O objetivo do estudo é discutir a construção coletiva do projeto pedagógico a partir de uma experiência vivida em sistema escolar municipal.

METODOLOGIA

O estudo centrou-se em revisão bibliográfica em torno da obra de Lucky (2009), Libâneo (2005) e Veiga (2014), análise do Projeto Político Pedagógico/PPP de uma escola – fundamental II do



município de Campos do Jordão (SP) e entrevistas realizadas ao longo de Estágios realizados com diretores, docentes, alunos e pais da rede municipal do município.

RESULTADOS

Em cumprimento à promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/1996/ LDBEN (BRASIL, 1996) o Conselho Municipal de Educação de Campos do Jordão, por meio de uma comissão, elaborou estudos sobre o texto da Lei com finalidade de executar a sua proposta, tendo em vista sua implantação integral no sistema municipal de ensino. Após o estudo e, seguindo os princípios da flexibilidade, da autonomia e da liberdade prescritos na LDBEN, o Plano Municipal de Educação (PME) foi elaborado de acordo com o Plano Estadual de Educação (PEE), Plano Nacional de Educação (PNE) e o Regimento Escolar Comum das Escolas Municipais de Ensino Básico do Município de Campos do Jordão representando o esforço de toda a sociedade, em especial dos professores em discutir e melhorar não só a Educação Municipal, mas sobretudo a qualidade de vida de toda a população de Campos do Jordão (BRASIL LDBEN, 1996).

No Regimento Escolar Comum das Escolas Municipais de Ensino Básico do Município de Campos do Jordão observou-se que o PPP é destacado como um instrumento que possibilita cuja elaboração e execução é inerente a uma gestão democrática por envolver todos os atores desse processo numa construção coletiva, em busca da excelência da educação, a partir de valores, concepções, princípios e crenças presentes naquele grupo e que dizem respeito ao futuro do homem e da sociedade, sua melhor maneira de adquirir, transmitir e produzir conhecimentos capazes de orientar e motivar a caminhada do ser humano para a busca de sua auto realização.

No ano de 2016 a Secretaria de Educação do município em tela, objetivando reformular os PPPs das escolas contratou um consultor de educação, para assessorar os gestores e coordenadores pedagógicos visando capacitá-los sobre a elaboração e execução participativa e pedagógica dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas tanto da Educação Infantil como do Ensino Fundamental I e II.

A partir dessa formação os gestores estabeleceram as diretrizes norteadoras do processo de elaboração e execução do PPP enquanto documento normativo utilizado pelas escolas da rede municipal na organização de seu processo pedagógico. Segundo a Secretaria de Educação, essa formação, mais do que um instrumento normatizador, foi orientadora e teve como finalidade ser um instrumento problematizador e instigador da reflexão sobre o processo pedagógico vivenciado pelas escolas.

DISCUSSÃO

O projeto pedagógico é um instrumento de gestão da escola. Uma gestão comprometida com o desenvolvimento de relações humanas, embasada nos valores éticos, morais e democráticos precisa respeitar a colaboração dos participantes para alcançar os fins coletivos.

A gestão diz respeito ao processo de mobilização de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização, o mais plenamente possível, dos objetivos de sua unidade de trabalho, no caso, os objetivos educacionais (LUCK, 2006)

Como afirma Libâneo (2004) a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. E, portanto, para que a gestão da escola se consolide como realidade do sistema público educacional, é necessária a efetivação de mecanismos que garantam a participação dos atores educacionais em todo o processo educacional. Espaços que favoreçam a ação coletiva e participativa do corpo diretivo em integração com o corpo docente, discente, funcionários e comunidade, elementos estes são essenciais para a consolidação do processo democrático.



Essa participação, para assegurar um processo democrático precisa ter a participação de todos os agentes educacionais, não apenas a equipe gestora com suas competências, mas, todos os atores do processo educativo, ou seja, professores, funcionários, alunos, pais e a comunidade local.

Como mostraram as entrevistas, muitos gestores e coordenadores pedagógicos sentem dificuldades em realizar as pesquisas devido ao acúmulo de afazeres. Com efeito, em muitas escolas o PPP não é construído de forma participativa e acaba não se concretizando, ou não se constituindo como um instrumento para a vivência democrática e a conquista da autonomia e objetivos da escola. Em observações realizadas em escolas públicas do município Jordanense durante os estágios curriculares, foi observado que em detrimento de várias ações de ordem administrativa e financeira, os gestores acabam tendo dificuldade na organização do tempo para coordenarem a elaboração e execução do PPP das escolas em que atuam.

Nessa condição, os gestores acabam por transferir aos especialistas da educação básica a responsabilidade da coordenação desse processo pois alegam não conseguir coordená-lo devido à diversidade das ações de ordem administrativa e pedagógica que realizam e que ocupam grande parte da carga horária (40 horas semanais) do cargo que exercem. Há um acúmulo de funções na gestão, principalmente na Educação Infantil onde o gestor dirige núcleos compostos por três ou mais escolas e creches as quais o sobrecarregam e o colocam diante de muitas demandas de natureza administrativa e financeiras.

CONCLUSÃO

Este estudo ressalta as dificuldades enfrentadas no processo de construção do Projeto Pedagógico de uma escola devido ao acúmulo de funções dos gestores paralelamente à elaboração e acompanhamento da construção do PPP. O trabalho possibilitou também a ampliação do olhar e reflexões acerca deste instrumento tão importante como um guia para a construção de uma escola incluyente, democrática e de qualidade que todos almejamos.

RERERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n 9394. Ministério de Educação**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.> Acesso em 26 de março. 2018.

BUSSMANN, Antônia Carvalho. A. **Projeto político pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papyrus -13ª edição, 2001.

CAVAGNARI, Luzia Borsato; MARINÊ Fecci Batistão Leite. **A política de Reconstrução do Projeto Político-pedagógico no Paraná (2003-2006)**.

ESTEVES. Marta Maria, **Tecnologia e mudança no currículo de uma escola técnica**. Dissertação de Mestrado em Educação pela PUC de São Paulo, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo, IPF, Ed. Cortez, 2001.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

HUDSON, Nivalda Costa Barbosa. **Proposta Pedagógica: o desafio da prática**. Juiz de Fora: EDITAR, 2003.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública - a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 20 ed. São Paulo: Loyola, 2005.



LUCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

NEUBAUER, Rose; SILVEIRA, Ghisleine Trigo. **Gestão dos Sistemas Escolares – Quais Caminhos Perseguir?** 2008. IFHC CEPLAN

NEVES, Carmem Moreira de Castro. **Autonomia da escola pública: um enfoque gerencial**. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas, SP: Papyrus -13ª edição. 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico Da Escola: Uma Construção Coletiva**. São Paulo: Editora Cortez, 2014.